

PORTUGUÊS

Texto I: O idioma, vivo ou morto?

Grande problema da língua pátria é que ela é viva e se renova a cada dia. Problema não para a própria língua, mas os puristas, aqueles que fiscalizam o uso e o desuso do idioma. Quando Chico Buarque de Hollanda criou na letra de “Pedro Pedreiro” o neologismo “penseiro”, teve gente que chiou. Afinal, que palavra é essa? Não demorou muito. O Aurélio definiu a nova palavra no seu dicionário. Isso mostra o vigor da língua portuguesa. Nas próximas edições dos melhores dicionários, não duvidem: provavelmente virá pelo menos uma definição para a expressão “segura o tcham”. Enfim, as gírias e expressões populares, por mais erradas ou absurdas que possam parecer, ajudam a manter a atualidade dos idiomas que se prezam.

O papel de renovar e atualizar a língua cabe muito mais aos poetas e ao povo do que propriamente aos gramáticos e dicionaristas de plantão. Nesse sentido, é no mínimo um absurdo ficar patrulhando os criadores. Claro que os erros devem ser denunciados. Mas há uma diferença entre o “erro” propriamente dito e a renovação. O poeta é, portanto, aquele que provoca as grandes mudanças na língua.

Pena que o Brasil seja um país de analfabetos. E deve-se entender como tal não apenas aqueles 60 milhões de “desletrados” que o censo identifica, mas também aqueles que, mesmo sabendo o abecedário, raramente fazem uso desse conhecimento. Por isso, é comum ver nas placas a expressão “vende-se à praso”. Em vez de “vende-se a prazo”; ou “mei-dia e meio”, em vez de como é mesmo?

O português de Portugal nunca será como o nosso. No Brasil o idioma foi enriquecido por expressões de origem indígena e pelas contribuições dos negros, europeus e orientais que para cá vieram. Mesmo que documentalmente se utilize a mesma língua, no dia-a-dia o idioma falado aqui nunca será completamente igual ao que se fala em Angola ou Macau, por exemplo.

Voltando à questão inicial, não só o cidadão comum que atenta contra a língua pátria. Os intelectuais também o fazem, por querer ou por mera ignorância. E também nós outros, jornalistas, afinal, herrar é humano, ops, errare humanum est. Ou será oeste?

SANTOS, Jorge Fernando.

Texto II: Errar é Divino

Pode um escritor, em nome de sua arte, contrariar as regras da gramática? Essa é uma das principais questões levantadas pelo poeta português Fernando Pessoa em *A língua portuguesa*.

A língua existe para servir o indivíduo, e não para escravizá-lo, pensa o poeta. Sendo uma aventura intelectual, o ato de grafar não deveria submeter-se à vontade unificadora do Estado, assim como uma pessoa jamais deveria aceitar a imposição de uma religião que seu espírito recusasse. Esse tipo de postura gerou um impasse. De um lado, ficam os gramáticos, impondo normas. Do outro, os artistas, clamando por liberdade.

A resposta à questão inicial é simples. Os artistas da língua não passam para a posterioridade porque rompem com a norma, mas porque sabem tirar proveito da ruptura. A transgressão, para ser bem-sucedida, deve possuir função estrutural. Tanto no texto como no comportamento. Ela pode dar impressão de firmeza, de precisão, de ambigüidade, de ironia ou sugerir diversas coisas ao mesmo tempo. Na maioria dos casos, indica novas propostas para o futuro.

Pela perspectiva dos artistas, os gramáticos não passam de meros guardiães de uma inutilidade consagrada pelo poder constituído. Para eles, dominar a norma culta do idioma não excede, em valor, o conhecimento do código de trânsito, por natureza convencional e efêmero: num dia, certa rua dá mão: no outro, não dá: e, na próxima semana, pode ser que a mesma rua não exista. Observa-se o mesmo nas normas de gramática, que variam conforme as convenções gerais de cada época. Acontece que os artistas pretendem escrever para as gerações futuras.

(Teixeira)

Texto III: É Isto.

Um indivíduo só pode dizer-se inteiramente livre, no âmbito da comunicação lingüística, quando conhece todas as modalidades de língua a seu dispor e escolhe aquela que melhor lhe convém, ao momento do discurso. É pouco, portanto, conhecer apenas uma língua funcional ou sua variante sociolingüística. O ideal é que o indivíduo seja um poliglota dentre da sua própria língua.

Conhecer a norma culta, assim, de certa forma, é sentir-se mais livre para comunicar-se. Norma culta, ou seja, a língua utilizada segundo os padrões estabelecidos pelos clássicos, pode comparar-se a etiqueta social: não é preciso usá-la para viver, mas é absolutamente indispensável conhecê-la para conviver.

(...)

Luiz Antonio Sacconi.

QUESTÕES DE INTERPRETAÇÃO INTERTEXTUAL.

01. Os três textos apresentados abordam aspectos referentes à linguagem. Contudo, não pode ser feita a seguinte afirmação:

- a) todos os textos valorizam, de alguma forma, a diversidade lingüística;
- b) os dois primeiros textos valorizam a quebra da norma, pela dinamicidade da língua, ao passo que o terceiro texto valoriza a gramática normativa, a qual se baseia, de modo geral, na escrita apresentada pelos clássicos;
- c) os dois primeiros textos dão importância maior à linguagem do povo, enquanto o terceiro despreza essa modalidade;
- d) no primeiro e no segundo texto, há crítica aos gramáticos, chamados de puristas e de guardiães da língua, respectivamente.

02. “Abolir a norma culta seria a barbárie. Escrever e ler corretamente é ter nas mãos a maior arma da vida”. Flávio di Giorgi, professor de Lingüística da PUC.

O(s) texto(s) que traduz(em) esse pensamento é(são):

- a) o primeiro, porque o autor afirma que os erros devem ser combatidos;
- b) o segundo, porque afirma que os artistas não passam para a posteridade porque rompem a norma culta;
- c) o terceiro, porque afirma ser norma culta indispensável para conviver;
- d) todos os textos, pois nenhum deles nega que conhecer a norma culta é ter nas mãos a maior arma da vida.

03. O texto que pode abranger o conteúdo dos outros dois, do ponto de vista argumental, é:

- a) o primeiro, porque defende as gírias e expressões populares, ressalta o processo de renovação da língua e define o que é erro, renovação e língua pátria;
- b) o segundo, porque define o que é norma culta e trata dela de maneira ampla, e como os processo de mudança na linguagem falada de um artista podem reestruturar a teoria gramatical, conservadora;
- c) o terceiro, porque cita modalidades de língua, não se prende a gírias ou modismos de artistas, mas especifica que cabe ao falante escolher aquela que melhor se adapta a um contexto; dessa forma, existe a hora de empregar a gíria, como, por exemplo, à mesa de uma bar, mas não durante uma palestra a diretores de uma empresa, quando é necessária uma linguagem formal; do mesmo modo, uma ruptura pode haver, desde que, naquele momento, se use uma variante sociolingüística (contrária à culta) que convém ao artista.
- d) o segundo texto, que defende a liberdade de expressão, enquanto o terceiro considera liberdade o fato de conhecer a norma culta e usá-la em um momento adequado.

GRAMÁTICA APLICADA AOS TEXTOS

04. “Quando Chico Buarque de Hollanda criou na letra de “Pedro Pedreiro” o neologismo “penseiro”, teve gente que chiou...”.

Observa-se que o verbo sublinhado não foi usado de acordo com os padrões estipuladas pela gramática normativa, ainda que se trate de um fato comuníssimo na língua, inclusive na linguagem de escritores consagrados. De qualquer forma, seguidos os padrões gramaticais mais rígidos, e substituída a palavra *gente* por *pessoas*, teríamos a seguinte frase:

- a) Quando Chico Buarque de Hollanda criou na letra de “Pedro Pedreiro” o neologismo “penseiro”, houve gente que chiou;
- b) Quando Chico Buarque de Hollanda criou na letra de “Pedro Pedreiro” o neologismo “penseiro”, tiveram pessoas que chiaram;
- c) Quando Chico Buarque de Hollanda criou na letra de “Pedro Pedreiro” o neologismo “penseiro”, houveram pessoas que chiaram;
- d) Quando Chico Buarque de Hollanda criou na letra de “Pedro Pedreiro” o neologismo “penseiro”, houve pessoas que chiaram.

05. “A língua existe para servir o indivíduo, e não para escravizá-lo, pensa o poeta. Sendo uma aventura intelectual, o ato de grafar não deveria submeter-se à vontade unificadora do Estado, assim como uma pessoa jamais deveria aceitar a imposição de uma religião que seu espírito recusasse”.

As orações sublinhadas dão idéia de:

- a) finalidade, condição; explicação;
- b) finalidade, causa, restrição;
- c) condição, causa, finalidade;
- d) finalidade, modo, explicação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

06. Considere as seguintes afirmações à luz do que dispõe a Constituição da República a respeito de princípios fundamentais e de direitos e garantias fundamentais:

- I. As práticas de tortura e racismo são consideradas crimes inafiançáveis pela Constituição, sendo o seu repúdio um princípio de regência das relações internacionais do Estado brasileiro.
- II. Todo poder emana do povo, que pode exercê-lo indiretamente, por meio de representantes eleitos, ou diretamente, valendo-se de plebiscito, referendo e iniciativa popular, mecanismos previstos para tanto na Constituição.
- III. A determinação constitucional para que a lei puna qualquer discriminação atentatória dos direitos está relacionada ao objetivo fundamental da República de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- IV. A Constituição estabelece que os direitos e garantias nela expressos não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, o que é compatível com o princípio de prevalência dos direitos humanos, expressamente consignado no texto constitucional.

Está **correto** o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, III e IV, apenas.

07. Considere a seguinte situação hipotética: hoje o avião presidencial caiu e vitimou o Presidente da República e respectivo Vice. Em razão da vacância destes cargos, marcar a alternativa **correta**.

- a) Deve ser realizada eleição indireta pelo Congresso Nacional em até trinta dias.
- b) Deve ser realizada eleição indireta pelo Congresso Nacional em até noventa dias.
- c) Deve ser realizada eleição indireta pela Câmara dos Deputados em até sessenta dias.
- d) Deve ser realizada eleição direta em até noventa dias.

08. A respeito do processo legislativo disciplinado na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) Uma proposta de emenda à Constituição, tendente a abolir a separação dos poderes, não deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional. Todavia, se as Casas Legislativas vierem a aprová-la e promulgá-la, a proposição será válida, já que passará a integrar o texto constitucional.
- b) Derrubado o veto presidencial, o projeto de lei deverá ser encaminhado ao Presidente do Senado, logo após a deliberação do Congresso Nacional, a fim de ser por ele promulgado.
- c) O projeto de lei aprovado por uma das Casas do Congresso Nacional será necessariamente revisto pela outra. Logo, os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores sempre terão o Senado Federal como Casa revisora.
- d) O Presidente da República pode vetar qualquer texto ou expressão de projeto de lei, desde que o ato seja devidamente fundamentado e tenha respaldo constitucional.

09. No tocante ao Poder Judiciário, considere:

- I. Entende-se por quinto-constitucional a reserva de um quinto das vagas dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios, que deverão ser ocupadas por membros do Ministério Público e por Advogados, observada a proporcionalidade entre eles.
- II. A Justiça Militar Estadual é competente para processar e julgar o civil que praticar crime militar.
- III. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- IV. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada e serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Dentre os itens acima, estão **corretos**:

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III e IV apenas

10. Considere os seguintes enunciados:

- I – a ordem pública ou a paz social ameaçada, assim como a ocorrência de instabilidade institucional e também calamidade natural, autorizam a decretação de Estado de Sítio;
- II – nos termos da Constituição Federal de 1988, o Estado de Defesa, também conhecido como instrumento do Sistema Constitucional das Crises, se instaura em locais restritos e determinados;
- III – dentre os direitos e garantias individuais previstos na nossa Constituição Federal, é admitida como restrição, tanto no Estado de Defesa como no Estado de Sítio, a comunicabilidade de pessoas presas;

São verdadeiros os enunciados da alternativa:

- a) Alternativas I e II;
- b) Alternativas II e III;
- c) Alternativas I, II e III;
- d) Apenas a alternativa II;

DIREITO PENAL MILITAR

11. Um militar, pertencente a 99ª Cia do 105º BPM, faltou ao serviço para o qual se encontrava previamente escalado, na data de 21Jan19, assim como todos os demais serviços do mês de janeiro do ano de 2019, sem apresentar qualquer justificativa. No período de 01Fev19 a 13Fev19, o desertor ficou morando na casa de seu irmão que, também, é militar da ativa e sabia da prática do crime de deserção por parte de seu hóspede. No dia 14/02/19, o desertor compareceu para o serviço, normalmente, como se nada tivesse ocorrido. O Oficial que era o Comandante de Companhia do militar desertor, nada fez, em relação ao militar que estava ausente e voltou a trabalhar. Com base no fato, podemos dizer que:

- a) Apenas o militar que esteve ausente por mais de 8 dias, sem licença, cometeu crime militar.
- b) O Oficial Comandante de Companhia e o outro militar, irmão do desertor, praticaram o mesmo crime, já que deixaram de proceder contra o desertor.
- c) Mesmo sendo irmão do desertor, o militar que deu asilo ao desertor cometeu crime militar.
- d) O Oficial Comandante de Companhia cometeu o crime de prevaricação e o outro militar, irmão do desertor, cometeu o crime de favorecimento a desertor.

12. Com relação à pena no Direito Penal Militar, assinale a alternativa **correta**:

- a) No crime tentado, em caso de excepcional gravidade, o juiz pode aplicar a pena do crime consumado.
- b) No excesso no crime culposos, mesmo se o excesso decorrer de uma escusável surpresa ou perturbação de ânimo, em face da situação, o juiz deve aplicar a pena do crime consumado, devendo diminuí-la de um a dois terços.
- c) Em se tratando de crime militar praticado em tempo de guerra, se for aplicada a pena de morte, em sentença irrecorrível, esta será executada fuzilamento ou injeção letal, de acordo com as condições pessoais do condenado.
- d) Se for constatado durante o processo que o agente praticou o fato, em erro de direito, se o erro for escusável, o agente ficará isento de pena.

13. No Direito Penal Militar, os crimes de violência contra superior e violência contra inferior, guardam em si várias semelhanças. Acerca de ambos os crimes, marque a alternativa **incorreta**:

- a) ambos são crimes propriamente militares.
- b) ambos são crimes contra a autoridade ou a disciplina militar.
- c) em ambos os crimes não há necessidade que ocorra lesão corporal nas vítimas, para a consumação dos crimes.
- d) em ambos os crimes se da violência resultar morte, aplica-se além da pena da violência, a do crime contra a pessoa.

14. Coloque “V”, para as **verdadeiras**, ou “F”, para as **falsas**. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência **correta**:

- () Se um Sgt PM, estando de folga, no Centro da Cidade, utilizar uma arma de fogo da carga da corporação para ameaçar de morte um civil, ele será julgado pela Justiça Militar Estadual.
- () Será julgado pelo Tribunal do Júri, o Sargento PM que durante o atendimento de ocorrência praticar homicídio doloso contra um civil.
- () Praticará crime militar o Sargento da reserva que agredir um médico civil com um soco no peito, no interior da HPM (lugar sujeito à administração militar), causando lesão corporal na vítima.
- () O civil que, no interior de um Quartel da Polícia Militar, desacatar o militar que trabalha na sentinela, será julgado pela Justiça Comum.

- a) F, F, V, V
- b) V, F, F, V
- c) V, V, F, F
- d) F, V, F, V

15. Três militares que já estavam armados e equipados para assumirem o serviço, como integrantes da mesma guarnição policial, após receberem ordem do Tenente PM, Comandante do Policiamento, para atenderem uma ocorrência, afirmaram coletivamente, que não atenderiam a ocorrência, pois, haviam outras viaturas no turno. Na sequência, embarcaram na viatura e deslocaram-se para local diverso do local da ocorrência, mas, dentro do setor de serviço da respectiva viatura. O Tenente ficou meio desnortado, já que era seu primeiro dia de serviço naquela Unidade, e não esperava que logo passaria por situações como aquela. Com base, tão somente, no caso hipotético apresentado, e nos exatos termos do CPM, é **incorreto** afirmar que:

- a) Os três militares cometeram um único crime de autoria coletiva necessária.
- b) Haverá aumento de pena de 1/3 para o cabeça. E, neste caso, se os autores forem somente Praças, o cabeça será o que dirigir, provocar, excitar ou instigar a ação dos demais.
- c) Os três militares praticaram um crime previsto no título dos crime contra o serviço ou o dever militar, uma vez que se recusam a atender uma ocorrência.
- d) Se fosse apenas um militar o autor, estaria configurado o crime de recusa de obediência, pois, a ordem descumprida do Tenente PM referia-se a assunto de serviço.

DIREITO PENAL

16. Diante da conclusão de incidente de insanidade mental, o qual reconheceu que o acusado era inimputável por doença mental, o magistrado, que presidia o processo criminal, além de reconhecer a prática do fato típico penal – punível com pena de reclusão -, reconheceu que o acusado agiu em legítima defesa. Segundo o direito penal brasileiro, nesse caso

- a) o magistrado deverá impor tratamento ambulatorial.
- b) o magistrado deverá impor internação em hospital de custódia e tratamento.
- c) o magistrado deverá aplicar pena e suspender sua execução por medida de segurança.
- d) o magistrado deverá absolver o acusado.

17. Analise o caso a seguir.

Ao passar próximo ao estoque de uma loja de roupas, um dos vendedores viu que havia ali um incêndio de grandes proporções. Naquela situação, correu em direção à porta do estabelecimento que, por ser estreita, estava totalmente obstruída por um cliente que entrava no local. Desconhecendo o incêndio e achando que estava sofrendo uma agressão, o cliente reagiu empurrando o vendedor, que lhe desferiu um soco. Os empurrões do cliente, assim como a agressão do vendedor produziram recíprocas lesões corporais de natureza leve. Na hipótese, é **correto** afirmar

- a) que o vendedor agiu em estado de necessidade e o cliente, em legítima defesa putativa.
- b) que o vendedor agiu em estado de necessidade putativo e o cliente, em legítima defesa.
- c) que o vendedor agiu em legítima defesa e o cliente, em estado de necessidade.
- d) que o vendedor agiu em legítima defesa putativa e o cliente, em estado de necessidade putativo.

18. No caso de pluralidade delitiva, deve-se adotar, na determinação da pena,

- a) o sistema de cúmulo material, somando-se as penas aplicadas a cada um dos crimes, na hipótese de concurso formal perfeito.
- b) o sistema da exasperação, quando se tratar de casos de concurso formal imperfeito.
- c) o sistema da exasperação, quando se tratar de concurso material heterogêneo, para evitar que a pena ultrapasse o limite legal de cumprimento.
- d) o sistema do cúmulo material, quando se tratar de pena pecuniária, independentemente das demais sanções aplicadas, ressalvado o crime continuado

DIREITO PENAL - PARTE ESPECIAL

19. De acordo com o disposto no decreto-lei nº 2.848/40, Código Penal, coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, assinalando a seguir a opção **correta**:

- () Configura qualificadora expressamente prevista nos crimes de homicídio e lesão corporal a conduta típica praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.
- () Na lesão corporal e no homicídio, sendo ambas as condutas culposas, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- () Nos crimes contra a honra somente se procede mediante queixa, salvo se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes e da violência resulte lesão corporal. Procede-se, todavia, mediante requisição do Ministro da Justiça, quando qualquer dos crimes é cometido contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro, e, ainda, mediante representação do ofendido, no caso do delito ser praticado o contra funcionário público, em razão de suas funções, ou, ainda, bem como no caso da injúria que consista na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.
- () Quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro comete os delitos de furto e constrangimento ilegal em razão do concurso material de crimes.
- () Se o crime de extorsão previsto no Art. 158 do Código Penal for cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, e, ainda, se essa conduta resultar em morte, aplica-se a este tipo de extorsão as penas previstas para o latrocínio.

- a) F, V, V, F, F
- b) V, F, V, F, V
- c) F, V, F, V, V
- d) F, F, V, V, F
- e) V, V, F, V, V

20. Sobre o disposto no decreto-lei nº 2.848/40, Código Penal, analise as proposições a seguir e assinale ao final a opção que se pede:

- I. Nos crimes contra o patrimônio, é isento de pena quem comete qualquer dos delitos em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.
- II. Os crimes de peculato e de dano contra o patrimônio público estão previstos no rol de delitos contra a Administração Pública.
- III. Configura o crime de denúncia caluniosa provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.
- IV. Enquadra-se como corrupção passiva a conduta do funcionário público que pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

21. Um Sargento foi designado como escrivão do IPM, pelo Capitão, Encarregado do procedimento. No início das diligências, o Capitão fez algumas perguntas ao Sargento sobre o funcionamento do IPM. Dentre as respostas abaixo, ofertadas pelo Sargento escrivão ao Tenente Encarregado, qual está **incorreta**:

- a) Em razão do princípio da manutenção das prerrogativas do posto ou graduação do militar, conforme se depreende do art. 73 do CPPM c/c o art. 11 da mesma norma de regência, se o indiciado no IPM for Oficial, o escrivão deverá ser de posto superior ao do indiciado. Podendo ser de mesmo Posto, desde que mais antigo.
- b) O IPM não pode ser arquivado pela Autoridade Militar (Comandante), ainda que se conclua pela inexistência do crime ou a inimizabilidade do indiciado.
- c) Se durante as investigações no IPM, surgirem indícios contra um Major, o Encarregado do IPM deverá adotar as providências para que suas funções sejam delegadas a um Tenente Coronel ou Major mais antigo que o novo investigado. Ou seja, o Capitão deverá encerrar seu trabalho e encaminhar os autos à autoridade Delegante.
- d) O prazo para a conclusão do IPM será de 20 dias, estando o indiciado preso e, de 40 dias, se o indiciado estiver solto. Contado o primeiro prazo do dia em que se executar a ordem de prisão e o segundo, da instauração da Portaria.

22. Coloque “V”, para as **verdadeiras**, ou “F”, para as **falsas**, não se atendo somente ao disposto no CPPM. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência **correta**:

- () O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro, se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou à terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.
 - () O IPM tem o caráter de instrução definitiva, cuja finalidade precípua é a produção de provas em contraditório para fundamentar a decisão do julgador. E, por isso, os vícios verificados nos atos do procedimento do IPM acarretam a nulidade do processo.
 - () O Encarregado do IPM poderá manter incomunicável o investigado que estiver preso por até três dias se essa medida for indispensável à investigação.
 - () O IPM poderá ser dispensado, sem prejuízo de diligência requisitada pelo Ministério Público, se o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas materiais.
 - () A competência de Polícia Judiciária Militar pode ser delegada para Oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado.
- a) V, F, F, V, V
 - b) F, F, V, F, V
 - c) F, F, F, V, F
 - d) F, V, F, F, F

23. Coloque “V”, para as verdadeiras, ou “F”, para as falsas. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência **correta**:

- () Qualquer pessoa, incluindo, os militares, deverá prender quem for insubmisso ou desertor, ou seja encontrado em flagrante delito.
 - () Se o autor do crime não é perseguido, mas, é encontrado logo depois do crime, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir sua participação no fato delituoso, ele está em situação de flagrante delito.
 - () Flagrante presumido é aquele em que o indivíduo é perseguido logo após a prática do fato típico, pela autoridade policial, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração.
 - () A prisão preventiva poderá ser decretada pelo Juiz ou pelo Conselho de Justiça, durante o inquérito ou no curso do processo, desde que haja requerimento do Ministério Público ou representação do Encarregado do IPM.
 - () A menagem é uma espécie de prisão provisória aplicável apenas no processo penal militar, nos crimes cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a 4 anos. Na concessão do benefício deverá ser levado em conta a natureza do crime e os antecedentes do agente. Não será concedida aos reincidentes.
- a) F, V, F, F, V
 - b) F, F, V, V, V

- c) F, V, V, V, F
d) F, V, F, V, F

24. Em relação às ações penais aplicáveis no Processo Penal Militar, é **correto** afirmar que:

- a) Em regra, a ação penal é pública condicionada à requisição do Ministro.
b) É cabível a ação penal privada subsidiária da pública nos crimes militares.
c) No crime de deserção de Oficial, enquanto o desertor não for capturado ou se apresentar voluntariamente, não pode ser intentada a ação penal.
d) Aplica-se a ação penal pública condicionada à representação do ofendido nos crimes sexuais previstos no CPM, visto que a Lei n. 13.718/18 alterou apenas o Código Penal comum.

25. Coloque “**V**”, para as verdadeiras, ou “**F**”, para as falsas. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência **correta**:

- () A deserção é crime permanente.
() Quando da captura de um desertor, deve-se, imediatamente, lavrar o Auto de Prisão em Flagrante (APF).
() Após a consumação do crime, se o desertor for Praça com estabilidade e Oficial, será agregado, enquanto que a Praça sem estabilidade será excluída do serviço ativo.
() Após ser capturada a Praça sem estabilidade, ela será submetida à inspeção de saúde e, se considerada apta, será reincluída. Se capturada, a Praça com Estabilidade esta, também, passará por uma inspeção de saúde e, se for considerada apta, será revertida.
() O desertor que estiver preso e não for julgado dentro do prazo de 60 dias, independentemente do motivo do retardamento do processo, será posto em liberdade.
a) V, V, F, V, F
b) V, F, V, F, F
c) F, V, V, V, F
d) V, F, F, V, V

PROCESSO PENAL

26. Quanto ao inquérito policial e ao procedimento, é **correto** afirmar que:

- a) O caráter inquisitivo do inquérito policial permite impor o sigilo acerca das diligências não documentadas, inclusive ao defensor constituído.
b) o pedido de desarquivamento sujeita-se à impugnação através de recurso dirigido ao Chefe de Polícia.
c) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá dirigir-se ao local do fato, apreender os objetos que com ele tiverem relação e encaminhá-los aos peritos criminais.
d) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito por ausência de materialidade do delito

27. Assinale a alternativa **correta** no que diz respeito aos meios de prova:

- a) ao ofendido, após a qualificação, será deferido o compromisso legal de dizer a verdade, sob palavra de honra, do que saiba e lhe for perguntado.
b) se várias pessoas forem chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou objeto, a prova poderá ser colhida em um único instrumento, com a participação de todas, as quais poderão comunicar-se.
c) Nos termos do Código de Processo Penal, o juiz não pode determinar, de ofício, a produção antecipada de provas urgentes e relevantes, no curso do inquérito policial.
d) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

28. Assinale a alternativa **correta**.

- a) O indiciamento é ato privativo do delegado e não precisa ser motivado em razão do caráter inquisitivo do inquérito policial.
- b) é lícito às partes envolvidas requererem providências investigatórias no curso do inquérito, bem como a produção de perícias, provas, inquirição de testemunhas e apreensão de documentos.
- c) o requisitante da instauração de inquérito policial por crime de ação pública poderá recorrer ao chefe de polícia, acerca do contido no despacho de indeferimento de sua instauração.
- d) se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, somente o membro do Ministério Público poderá requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

29. O senhor Rui dos Santos, após ser vítima do delito de roubo perpetrado por Nei da Silva, preso em flagrante delito, ao tomar conhecimento de que o Promotor de Justiça havia perdido o prazo de cinco dias (art. 46, do CPP) para oferecer denúncia, resolve intentar ação privada subsidiária da pública, por meio de queixa-crime. Decorridos alguns dias, incomodado pelo trabalho e pelo desgaste emocional, o querelante resolve desistir da ação. Esta medida acarretará:

- a) a decadência do direito de ação.
- b) a perempção da ação.
- c) a extinção da punibilidade.
- d) a retomada da titularidade da ação pelo Ministério Público, que já atuava como assistente litisconsorcial.

30. Assinale a alternativa **correta**.

- a) nos crimes a distância, cuja execução foi iniciada no Brasil e o resultado ocorreu em outro país, a competência será da Capital Federal Brasileira.
- b) no processo penal, as testemunhas de acusação responderão às perguntas formuladas pelas partes e reperguntadas pelo juiz diretamente a este, mas não poderão trazer pequenas anotações por escrito para consulta durante a audiência.
- c) na lavratura do auto de prisão em flagrante, apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o acusado e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso.
- d) A prisão preventiva não tem prazo determinado em lei, podendo ser readequada em havendo alteração na situação fática que a autorizou.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Sobre os Princípios da Administração Pública, marque a assertiva **incorreta**:

- a) O princípio da Legalidade não afasta a Discrecionariedade administrativa;
- b) O princípio da finalidade está implícito no princípio da Impessoalidade;
- c) Pelo Princípio da Moralidade, os atos praticados pelo servidor não são imputados a ele, mas sim à própria Administração;
- d) O princípio da Publicidade não exige que o ato administrativo seja publicado. Contudo, quando o ato for publicado, ele será público;

32. De acordo com a Lei 8.987/95, marque a alternativa **correta**:

- a) A concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados. Esse contrato será regido pelo direito público
- b) A concessionária poderá realizar uma subconcessão. Para isso, haverá necessidade de previsão no contrato de concessão e expressa autorização do poder concedente, dispensada a ocorrência de Licitação.
- c) A responsabilidade da concessionária será subjetiva, afinal, é uma pessoa jurídica de direito privado.
- d) O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

33. Sobre o Poder de Polícia e o Disciplinar, marque a alternativa **correta**:

- a) Pelo poder de polícia, a Administração Pública irá restringir o exercício de direitos individuais, com o intuito de beneficiar certo indivíduo.
- b) O poder disciplinar consiste na apuração de infrações administrativas, assim como na imposição de penalidades aos servidores públicos, apenas.
- c) O Poder de Polícia pode ser Vinculado, embora, como regra, seja Discricionário.
- d) O Poder Disciplinar consiste na aplicação de sanções a particulares, como por exemplo, a aplicação de multas a bares e restaurantes por uso indevido de mesas e cadeiras em calçadas.

34. Sobre os atos administrativos, marque a assertiva **incorreta**:

- a) A Presunção de Legitimidade independe de previsão legal.
- b) Presunção de veracidade diz respeito aos fatos; em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração;
- c) A autoexecutoriedade não está presente em todos os atos administrativos.
- d) A imperatividade está presente em todos os atos administrativos.

35. Sobre a discricionariedade e vinculação, marque a assertiva **correta**:

- a) Em um ato vinculado, caso o particular cumpra todos os requisitos estabelecidos em lei, nasce para ele um direito subjetivo de exigir da autoridade a edição de determinado ato.
- b) Ocorre a discricionariedade quando a lei não deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto
- c) A vinculação é pautada na análise da oportunidade e conveniência sempre dentro dos limites da lei.
- d) Em ato discricionário é sinônimo de um ato arbitrário.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E INSTITUCIONAL

36. Analisando as legislações vigente, marque a alternativa **correta**:

- a) De acordo com a lei 10.826/03, responde pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido aquele que portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
- b) Conforme disposição na lei 8069/90, a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente, não será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, sem necessidade de ouvir o Ministério Público e não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da autoridade judicial.
- c) Segundo a lei 9.099/90, somente a autoridade de polícia judiciária que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários, sendo que ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.
- d) A lei 11343/06 descreve como crime de tráfico de drogas a conduta de importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, sendo inafiançável e insuscetível de sursis, graça, indulto, anistia.

37. Segundo as disposições em legislação extravagante, marque a alternativa **incorreta**:

- a) São considerados crimes hediondos o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado; extorsão qualificada pela morte; estupro; favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável; posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.
- b) Segundo a lei 11340/06, constitui crime de Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência e Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência, aquele que, descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei, respondendo pela pena detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.
- c) Constitui crime de tortura, constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe intenso sofrimento físico ou mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; ou em razão de discriminação racial ou religiosa;
- d) São punidos nos termos da lei 7716/89, somente os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

38. Sobre o alcance da Lei Estadual n. 14.310/2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM). Para fins o militar que praticar ato que afete a honra pessoal ou o decoro da classe, independentemente do conceito em que estiver classificado, consideram-se atos que afetam a honra pessoal ou o decoro da classe, **exceto**:

- a) concorrer para o desprestígio da respectiva IME, por meio da prática de crime doloso, devidamente comprovado em procedimento apuratório, que, por sua natureza, amplitude e repercussão, afete gravemente a credibilidade e a imagem dos militares;
- b) apresentar-se com sinais de embriaguez alcoólica ou sob efeito de outra substância entorpecente, estando em serviço, fardado, ou em situação que cause escândalo ou que ponha em perigo a segurança própria ou alheia;
- c) faltar publicamente, fardado, de folga ou em serviço, com o decoro pessoal, dando causa a grave escândalo que comprometa a honra pessoal e o decoro da classe;
- d) praticar ato atentatório à dignidade da pessoa ou que ofenda os princípios da cidadania e dos direitos humanos, devidamente comprovado em procedimento apuratório;

39. Sobre a Lei de Organizações Criminosas, Lei no 12.850/2013, é **correto** afirmar que

- a) alterou (aumentando para 2 a 4 anos e multa) as penas previstas para o delito do artigo 342 do Código Penal (Crime de falso testemunho).
- b) pode ter por objeto a investigação de qualquer crime, desde que apenado com reclusão.
- c) define organização criminosa como sendo, dentre outros, uma associação de no mínimo cinco agentes.
- d) o acordo de colaboração realizado entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor somente será válido se formalizado na presença de um juiz, que em seguida o homologará.
- e) autoriza a infiltração, por policias, em atividade de investigação, independentemente da existência de investigação formal iniciada, exatamente para preservar o sigilo das investigações.

40. Acerca do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), assinale a alternativa **correta**.

- a) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é inafiançável.
- b) O proprietário responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo que esteja sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato, incorrerá no crime de omissão de cautela.
- c) De acordo com a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, aquele que mantiver em seu poder uma arma de fogo de calibre permitido com registro vencido, incorrerá na prática do crime de porte ilegal de arma de fogo.
- d) No crime de comércio ilegal de arma de fogo, a pena é aumentada em um terço se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.
- e) O crime de omissão de cautela consiste em deixar de observar as cautelas necessárias para impedir que menor de 14 (catorze) anos ou pessoa portadora de deficiência mental se apodere de arma de fogo que esteja sob sua posse.

GABARITO SIMULADO

PORTUGUÊS

QUESTÃO 01**Letra C****QUESTÃO 02****Letra C****QUESTÃO 03****Letra C****QUESTÃO 04****Letra D****QUESTÃO 05****Letra B**

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 06**Letra C - vide art. 5º****QUESTÃO 07****Letra D - vide art. 81****QUESTÃO 08****Letra C – vide art. 64****QUESTÃO 09****Letra D – vide art. 125****QUESTÃO 10****Letra D - vide art.136**

DIREITO PENAL MILITAR

QUESTÃO 11**Letra C**

- a) Os três militares cometeram crimes militares descritos nos artigos 187, 193 e 194.
- b) O Oficial cometeu o crime descrito no art. 194 e o irmão do desertor cometeu o crime descrito no art. 193.
- c) O irmão do desertor cometeu o crime favorecimento a desertor, mas, em razão de seu grau de parentesco, é isento de pena, nos termos do art. 193, P. único.
- d) O Oficial cometeu o crime de Omissão de Oficial.

QUESTÃO 12**Letra A**

- a) **Correto.** Conforme disposto no art. 30, P. Único.
- b) No art. 45, P. Único está disposto que não é punível o excesso quando resulta de escusável surpresa ou perturbação de ânimo, em face da situação.
- c) A pena de morte é executada por fuzilamento (art. 57).
- d) O erro de direito no CPM permite apenas a atenuação ou a substituição da pena. Nunca, a isenção da pena (art. 35).

QUESTÃO 13**Letra D**

No crime de violência contra inferior se da violência resultar morte, aplica-se além da pena da violência, a do crime contra a pessoa, nos termos do art. 175, P. Único.

Por outro lado, no crime de violência contra superior se da violência resultar morte, haverá apenas uma pena de reclusão de 12 a 30 anos (art. 157, § 4º).

QUESTÃO 14**Letra D**

- a) O fato do militar praticar um crime, portando ou utilizando arma da carga da Corporação, por si só, não constitui crime militar. Esta situação caracterizadora estava prevista na revogada letra “f” do inciso II do art. 9º.
- b) **Correto.** Nos termos do art. 9º, § 1º.
- c) Não é crime militar, porque a situação não se enquadra no art. 9º, mormente o inciso III.
- d) A Justiça Militar Estadual não tem competência para processar e julgar civil, nos termos do art. 125, § 4º da CF e da Súmula n. 53 do STJ.

QUESTÃO 15**Letra C**

- a) por estarem armados, os agentes cometeram o crime de revolta, previsto no art. 149, P. Único, crime de autoria coletiva necessária.
- b) Sim. Nos termos do art. 149 e art. 53, § 4º.
- c) Os três militares praticaram um crime contra a autoridade ou a disciplina militar.
- d) Sim. O crime de recusa de obediência não admite coautoria (art. 163). Se houver 2 ou mais militares, configura motim ou revolta.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 16**Letra D**

A presença da inimputabilidade penal não afasta a necessidade de verificação da existência dos elementos do fato típico e da demonstração da ilicitude da conduta. No caso narrado, o inimputável atuou em legítima defesa, causa de exclusão da ilicitude, devendo ser absolvido.

QUESTÃO 17**Letra A**

O vendedor procurava afastar-se do perigo atual, estando presentes os requisitos fixados no art. 24 do CP. O cliente, supondo a existência de agressão iminente, atuou na forma prevista no art. 20, § 1º, do CP.

QUESTÃO 18**Letra D**

- a) **Errado**, pois no concurso formal perfeito deve-se adotar o sistema da exasperação, exatamente a elevação da pena de 1/6 a 1/2, conforme art. 70 do CP.
- b) **Errado**, pois no concurso formal imperfeito deve-se adotar o sistema do cúmulo material, com a soma das penas, conforme art. 70 do CP.
- c) **Errado**. No Concurso material deve-se adotar o sistema do cúmulo material, com a soma das penas, conforme art. 69 do CP.
- d) **Correto**, pois a pena de multa possui regra própria, prevista no art. 72 do Código Penal, a qual não se aplica ao crime continuado, por força da jurisprudência do STJ e do STF.

QUESTÃO 19**Letra A**

- (F) Configura qualificadora expressamente prevista nos crimes de homicídio e lesão corporal a conduta típica praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição.
- **Falsa**. A situação descrita na assertiva configura qualificadora apenas para o homicídio, conforme previsto no Art. 121, §2º, inciso VII, do Código Penal, com acréscimo exponencial na pena em abstrato (Pena - reclusão, de doze a trinta anos). No caso da lesão corporal, tal situação configura causa de aumento de pena, conforme previsto no Art. 129, §12 do Código Penal (Pena aumentada de um a dois terços).
- (V) Na lesão corporal e no homicídio, sendo ambas as condutas culposas, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- **Verdadeira**. A assertiva está correta conforme previsão expressa nos Artigos 129, §8º, e, 121, §5º, ambos do Código Penal.
- (V) Nos crimes contra a honra somente se procede mediante queixa, salvo se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes e da violência resulte lesão corporal. Procede-se, todavia, mediante requisição do Ministro da Justiça, quando qualquer dos crimes é cometido contra o Presidente da República, ou contra chefe de governo estrangeiro, e, ainda, mediante representação do ofendido, no caso do delito ser praticado o contra funcionário público, em razão de suas funções, bem como no caso da injúria que consista na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.
- **Verdadeira**. Apesar de longa, a assertiva está correta. O texto, em sua integralidade, tem como referência o Art. 145 do Código Penal que trata da natureza da ação penal nos crimes contra a honra.
- (F) Quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro comete os delitos de furto e constrangimento ilegal em razão do concurso material de crimes.
- **Falsa**. A assertiva está incorreta. A conduta descrita configura ROUBO IMPRÓPRIO, crime previsto expressamente no Art. 157, §1º do Código Penal. Não há, portanto, concurso material de crimes entre furto e constrangimento ilegal.
- (F) Se o crime de extorsão previsto no Art. 158 do Código Penal for cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, e, ainda, se essa conduta resultar em morte, aplica-se a este tipo de extorsão as penas previstas para o latrocínio.
- **Falsa**. A assertiva está incorreta. Consoante previsão expressa no Art. 158, § 3º, do Código Penal, havendo a morte no crime de extorsão com restrição da liberdade da vítima, aplicam-se as penas previstas para a extorsão mediante sequestro (Art. 159, §3º, CP) e não para o latrocínio (Art. 157, §3º, II,

CP).

QUESTÃO 20

Letra C

Inicialmente, atentar que a questão pede a identificação das assertivas **incorretas**.

- I. Nos crimes contra o patrimônio, é isento de pena quem comete qualquer dos delitos em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.
- **Incorreta.** A assertiva é falsa. A isenção de pena deve atender ao disposto nos Artigos 181 e 183 do Código Penal. Logo, não haverá isenção de pena: I - se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa; II - ao estranho que participa do crime; III - se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
- II. Os crimes de peculato e de **dano contra o patrimônio público** estão previstos no rol de delitos contra a administração pública.
- **Incorreta.** A assertiva é falsa. Apesar do peculato ser um crime contra a administração pública, o dano contra o patrimônio público é crime contra o patrimônio, conforme previsão expressa respectivamente nos Artigos 312 e 163, parágrafo único, III, do Código Penal.
- III. Configura o crime de **denunciação caluniosa** provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.
- **Incorreta.** A assertiva é falsa. A conduta descrita corresponde ao delito de comunicação falsa de crime ou de contravenção previsto expressamente no Art. 340 do Código Penal.
- IV. Constitui corrupção passiva se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem.
- **Correta.** A assertiva é verdadeira. A situação descrita corresponde a uma conduta específica de corrupção passiva prevista expressamente no Art. 317, §2º do Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

QUESTÃO 21

Letra A

- a) Se o Indiciado no IPM for Oficial, o escrivão deverá ser 1º Tenente ou 2º Tenente (art. 11).
b) Correto (art. 24).
c) Correto (art. 10, § 5º).
d) Correto (art. 20).

QUESTÃO 22

Letra A

- I. **Verdadeiro** (art. 25).
II. O IPM tem caráter de instrução provisória (art. 9º) e não gera nulidade no processo.
III. **Falsa.** Embora, o art. 17 permita a incomunicabilidade. De acordo com a doutrina majoritária, a incomunicabilidade do preso fere a Constituição Federal, porque no art. 136, § 3º inc. VI, da Carta Magna, veda tal instituto.
IV. **Verdadeiro** (art. 28, a).
V. **Verdadeiro** (art. 7º, § 2º).

QUESTÃO 23

Letra A

- I. **Falso.** Qualquer pessoa pode prender e os militares deverão prender (art. 243).
II. **Verdadeira** (art. 244, IV).
III. **Falsa.** Trata-se do flagrante improprio ou imperfeito, previsto no art. 244, III).
IV. **Falsa.** Pode ser decretada em qualquer fase pelo juiz ou conselho de ofício ou atendendo a requerimento do Ministério Público ou representação do Encarregado do IPM (art. 254).

V. **Verdadeiro** (art. 263).

QUESTÃO 24**Letra B**

- a) A ação penal condicionada à requisição do ministro é uma exceção (art. 31).
- b) Trata-se de um direito fundamental, previsto no art. 5º, LIX, da Carta Magna, sendo aplicável no processo penal militar, por força constitucional.
- c) No processo de deserção de Oficial, mesmo se este ainda estiver ausente, o Promotor pode oferecer a denúncia. O juiz recebe a denúncia, suspende o processo e aguarda a captura ou apresentação voluntária do Oficial (art. 454, §§ 3º e 4º).
- d) Não se exige representação do ofendido em tais crimes (art. 29).

QUESTÃO 25**Letra B**

- I. **Verdadeira.** Conforme se abstrai do art. 243 e entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.
- II. **Falso.** O crime de deserção é apurado pelo “termo de deserção” (art. 452).
- III. **Verdadeira** (art. 456, §3º).
- IV. **Falsa.** Somente a Praça sem estabilidade será submetida à inspeção de saúde (art. 457, § 1º).
- V. **Falso.** O desertor que não for julgado dentro de sessenta dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura, será posto em liberdade, salvo se tiver dado causa ao retardamento do processo (art. 453).

PROCESSO PENAL

QUESTÃO 26**Letra A**

- a) Sigilo no inquérito: art. 20 CPP
Art. 20. A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.
Releitura art. 20 CPP x Súmula Vinculante 14 STF
É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- b) Código de processo penal
Art. 5º, § 2º. Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- c) Código de Processo Penal.
Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá:
I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994) (Vide Lei nº 5.970, de 1973)
II - apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994)
- d) Indisponibilidade no inquérito art. 17 e 18 CPP
Art. 17. A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.
Art. 18. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.

QUESTÃO 27**LETRA D****a) Código de Processo Penal.**

Art. 203. A testemunha fará, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, devendo declarar seu nome, sua idade, seu estado e sua residência, sua profissão, lugar onde exerce sua atividade, se é parente, e em que grau, de alguma das partes, ou quais suas relações com qualquer delas, e relatar o que souber, explicando sempre as razões de sua ciência ou as circunstâncias pelas quais possa avaliar-se de sua credibilidade.

Declarações da vítima: art.201 CPP.

b) Código de Processo Penal.

Art. 228. Se várias forem as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou de objeto, cada uma fará a prova em separado, evitando-se qualquer comunicação entre elas.

c) Código de Processo Penal.

Art. 156. A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício: (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008)

I - ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida; (Incluído pela Lei nº 11.690, de 2008)

II - determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante. (Incluído pela Lei nº 11.690, de 2008)

d) Código de Processo Penal.

Art. 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Parágrafo único. Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva: (Incluído dada pela Lei nº 13.721, de 2018)

I - violência doméstica e familiar contra mulher; (Incluído dada pela Lei nº 13.721, de 2018)

II - violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência. (Incluído dada pela Lei nº 13.721, de 2018)

QUESTÃO 28**LETRA B****a) Lei 12830 de 2013**

Art. 2º. As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica, essenciais e exclusivas de Estado.

§ 6º. O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, materialidade e suas circunstâncias.

b) Código de Processo Penal.

Caráter inquisitorial do I. P:art. 14 CPP

Art. 14. O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

**c) Requerimento – Requerente – Requerer – Pedir X Requisição - Requisitante - Requisitar - Determinar
Código de processo penal**

Art. 5, § 2º Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

d) Código de Processo Penal.

Art. 13-B. Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem

imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso. (Incluído pela Lei nº 13.344, de 2016) (Vigência)

Observação: o referido inciso foi incluído pela lei 13344 de 2016.

QUESTÃO 29

Letra D

Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

QUESTÃO 30

Letra D

a) Código de Processo Penal.

Crime à distância ou de espaço máximo:art.70§ 1o e§ 2o CPP

Art 70, § 1º Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

§ 2º Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do lugar em que o crime, embora parcialmente, tenha produzido ou devia produzir seu resultado.

Competência da Capital da República:art.88 CPP

Art. 88. No processo por crimes praticados fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da Capital da República.

b) Código de Processo Penal.

Na oitiva das testemunhas vigora o exame cruzado ou Cross Examination no qual as perguntas são feitas diretamente sem passar pelo juiz.

Código de processo penal

Art. 212. As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida. (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008)

Parágrafo único. Sobre os pontos não esclarecidos, o juiz poderá complementar a inquirição. (Incluído pela Lei nº 11.690, de 2008)

Oralidade (regra);art.204 CPP

Art. 204. O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo único. Não será vedada à testemunha, entretanto, breve consulta a apontamentos.

Exceções oralidade

Código de processo penal

Art. 221§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente da República, os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal poderão optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhes serão transmitidas por ofício. (Redação dada pela Lei nº 6.416, de 24.5.1977)

Código de processo penal

Art. 223. Quando a testemunha não conhecer a língua nacional, será nomeado intérprete para traduzir as perguntas e respostas.

Parágrafo único. Tratando-se de mudo, surdo ou surdo-mudo, proceder-se-á na conformidade do art. 192.

Código de processo penal

Art. 192. O interrogatório do mudo, do surdo ou do surdo-mudo será feito pela forma seguinte: (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

I - ao surdo serão apresentadas por escrito as perguntas, que ele responderá oralmente; (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

II - ao mudo as perguntas serão feitas oralmente, respondendo-as por escrito; (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

III - ao surdo-mudo as perguntas serão formuladas por escrito e do mesmo modo dará as respostas. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

Parágrafo único. Caso o interrogando não saiba ler ou escrever, intervirá no ato, como intérprete e sob compromisso, pessoa habilitada a entendê-lo. (Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003)

c) Código de Processo Penal

Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto. (Redação dada pela Lei nº 11.113, de 2005)

d) Código de Processo Penal.

Cláusula Rebus sic Standibus - Cláusula de imprevisão: art. 316 CPP

Art. 316. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. (Redação dada pela Lei nº 5.349, de 3.11.1967)

Havendo alteração nos motivos ensejadores da preventiva será possível sua revogação ou decretação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 31

Letra C

O princípio que determina o ato ser imputado à Administração é o Princípio da Impessoalidade. As demais assertivas estão corretas de acordo com a melhor doutrina.

QUESTÃO 32

Letra D

- a) está **errada**, pois o contrato será regido pelo Direito Privado, nos termos do art. 25 da Lei 8.987/95
- b) está **errada**, pois é necessário que aconteça Licitação, na modalidade Concorrência, conforme o art. 26 da Lei 8.987/95.
- c) está **errada**, pois, embora seja Pessoa Jurídica de Direito Privado, a Concessionária é Prestadora de Serviço Público, de forma que sua responsabilidade é objetiva.

QUESTÃO 33

Letra C

- a) está **errada**, pois a restrição de direitos individuais tem o objetivo de beneficiar a coletividade.
 - b) está **errada**, pois o Poder Disciplinar também incide sobre particulares que tenham vínculo específico com a Administração.
 - d) está **errada**, pois o descrito na alternativa é exteriorização do poder de polícia.
- A Letra E está equivocada, pois o Poder de Polícia abarca tanto condutas Preventivas, quanto Repressivas.

QUESTÃO 34

Letra D

Não é todo ato administrativo que possui o atributo da imperatividade. Somente tem este atributo aquele ato que impõe obrigações. Os atos de consentimento, como as autorizações e permissões, não possuem esse atributo, em razão de o interesse privado estar ao lado do interesse público.

QUESTÃO 35**Letra A**

Quando a Administração Pública exerce suas atividades, deve-se ter em mente que o exercício da atividade administrativa não ocorre de forma ilimitada. Na verdade, a atividade administrativa é, por essência, limitada.

Em determinados momentos, esse regramento pode atingir os vários aspectos de uma atividade determinada; neste caso, diz-se que o poder da Administração é VINCULADO, afinal, a lei não deixou margem de escolha para o administrador público atuar.

Dessa forma, caso o particular cumpra todos os requisitos estabelecidos em lei, nasce para ele um direito subjetivo de exigir da autoridade a edição de determinado ato.

Em outras situações, o regramento não atinge todos os aspectos da atuação administrativa. Nesta situação, ocorre a chamada DISCRICIONARIEDADE administrativa. Em outras palavras, ocorre a discricionariedade quando a lei deixa certa margem de liberdade de decisão diante do caso concreto. Observe que a discricionariedade é pautada na análise da oportunidade e conveniência sempre dentro dos limites da lei.

Atente-se, ainda, para o fato de um ato discricionário não se confundir com um ato arbitrário. Veja que o primeiro é editado com base na oportunidade e conveniência do administrador público, estando restrita aos limites estabelecidos pela lei. Ao contrário, o ato arbitrário representa o abuso, representa um ato praticado fora dos limites da lei, sendo, portanto, um ato ilegal.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E INSTITUCIONAL

QUESTÃO 36**Letra D****a) Errado**

RESPONDE POR POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E NÃO POR PORTE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO

Art. 16. Possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem:

IV - portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

b) Errado

A INFILTRAÇÃO DEVERÁ SER AUTORIZADA PELO JUIZ E PRECEDIDA PELA OITIVA DO MP

Da Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente”

Art. 190-A. A infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar os crimes previstos nos arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C e 241-D desta Lei e nos arts. 154-A, 217-A, 218, 218-A e 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), obedecerá às seguintes regras: (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

I - será precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para obtenção de prova, ouvido o Ministério Público; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

II - dar-se-á mediante requerimento do Ministério Público ou representação de delegado de polícia e conterá a demonstração de sua necessidade, o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas; (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

III - não poderá exceder o prazo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo de eventuais renovações, desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja demonstrada sua efetiva necessidade, a critério da

autoridade judicial. (Incluído pela Lei nº 13.441, de 2017)

c) Errado

O TCO PODE SER FEITO PELO DELEGADO OU PELA POLÍCIA MILITAR.

Da Fase Preliminar

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima. (Redação dada pela Lei nº 10.455, de 13.5.2002)

d) Correto

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.

QUESTÃO 37

Letra C

a) Certo

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994) (Vide Lei nº 7.210, de 1984)

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII); (Redação dada pela Lei nº 13.142, de 2015)

I-A - lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; (Incluído pela Lei nº 13.142, de 2015)

II - latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

IV - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, *caput*, e §§ 1º, 2º e 3º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

V - estupro (art. 213, *caput* e §§ 1º e 2º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, *caput* e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, *caput* e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 1998)

VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, *caput*, e §§ 1º e 2º). (Incluído pela Lei nº 12.978, de 2014)

Parágrafo único. Consideram-se também hediondos o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da

Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, todos tentados ou consumados. (Redação dada pela Lei nº 13.497, de 2017)

b) Certo

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 13.641, de 2018)

c) Errado

O CRIME DE TORTURA CONFISSÃO, TORTURA CONSTRANGIMENTO E TORTURA DISCRIMINAÇÃO NÃO EXIGE O INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO, SOMENTE NA TORTURA CASTIGO EXIGE INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

d) Certo

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

QUESTÃO 38

Letra B

Art. 64 - Será submetido a Processo Administrativo-Disciplinar o militar, com no mínimo três anos de efetivo serviço, que:

I - vier a cometer nova falta disciplinar grave, se classificado no conceito “C”;

II - praticar ato que afete a honra pessoal ou o decore da classe, independentemente do conceito em que estiver classificado.

Paragrafo único - Para fins do disposto no inciso II do *caput*, consideram-se atos que afetam a honra pessoal ou o decore da classe:

I - praticar ato atentatório à dignidade da pessoa ou que ofenda os princípios da cidadania e dos direitos humanos, devidamente comprovado em procedimento apuratório;

II - concorrer para o desprestígio da respectiva IME, por meio da prática de crime doloso, devidamente comprovado em procedimento apuratório, que, por sua natureza, amplitude e repercussão, afete gravemente a credibilidade e a imagem dos militares;

III - faltar publicamente, fardado, de folga ou em serviço, com o decore pessoal, dando causa a grave escândalo que comprometa a honra pessoal e o decore da classe;

IV - exercer coação ou assediar pessoas com as quais mantenha relações funcionais;

V - fazer uso do posto ou da graduação para obter ou permitir que terceiros obtenham vantagem pecuniária indevida.

QUESTÃO 39

Letra A

Art. 25. O art. 342 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 342. (...) Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

B e C - Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

§ 2º Esta Lei se aplica também:

I - às infrações penais previstas em tratado ou convenção internacional quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;

II - às organizações terroristas internacionais, reconhecidas segundo as normas de direito internacional, por foro do qual o Brasil faça parte, cujos atos de suporte ao terrorismo, bem como os atos preparatórios ou de execução de atos terroristas, ocorram ou possam ocorrer em território nacional.

D - Art. 4º O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: (...)

§ 6º O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes para a formalização do acordo de colaboração, que ocorrerá entre o delegado de polícia, o investigado e o defensor, com a manifestação do Ministério Público, ou, conforme o caso, entre o Ministério Público e o investigado ou acusado e seu defensor.

§ 7º Realizado o acordo na forma do § 6º, o respectivo termo, acompanhado das declarações do colaborador e de cópia da investigação, será remetido ao juiz para homologação, o qual deverá verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo para este fim, sigilosamente, ouvir o colaborador, na presença de seu defensor.

E - Art. 10. A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, representada pelo delegado de polícia ou requerida pelo Ministério Público, após manifestação técnica do delegado de polícia quando solicitada no curso de inquérito policial, será precedida de circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial, que estabelecerá seus limites.

QUESTÃO 40

Letra B

- a) O crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido é inafiançável. **ERRADO**, porque caso o porte da arma de fogo de uso permitido esteja no nome do agente ele é afiançável.
- b) O proprietário responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo que esteja sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato, incorrerá no crime de omissão de cautela. **CORRETO**
- c) De acordo com a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, aquele que mantiver em seu poder uma arma de fogo de calibre permitido com registro vencido, incorrerá na prática do crime de porte ilegal de arma de fogo. **ERRADO**, de acordo com a jurisprudência do STJ caso o a arma esteja com o calibre vencido no nome do agente, não caracteriza crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo.
- d) No crime de comércio ilegal de arma de fogo, a pena é aumentada em um terço se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito. **ERRADO**, caso tenha comércio de arma de fog de uso restrito a pena é aumentada da metade.